

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



UFRJ

**A SINTAXE DOS CLÍTICOS EM PEÇAS DE TEATRO PORTUGUESAS E
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA EM DOIS TEMPOS**

Fernanda Elias Borges de Oliveira

Rio de Janeiro

2024

**A SINTAXE DOS CLÍTICOS EM PEÇAS DE TEATRO PORTUGUESAS E
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA EM DOIS TEMPOS**

Fernanda Elias Borges de Oliveira

Monografia submetida à Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Letras na habilitação Português-Inglês.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eugenia
Lammoglia Duarte

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus pela força, pela paciência e pelo amor infinito que orientam meu caminho. É com a graça Dele que entrego este trabalho e por Ele é minha dedicação.

À minha orientadora, Maria Eugênia, agradeço por me acolher, apoiar e guiar desde o curso de sintaxe. Obrigada pelas respostas aos meus infinitos e-mails cheios de perguntas, pelos livros emprestados, pelas correções e sugestões e, especialmente, pela paciência, o carinho e o incentivo a esta pesquisa. Também ao meu co-orientador, Eduardo Patrick Rezende dos Reis, agradeço muito pela disposição e pela paciência em me ajudar na utilização da ferramenta estatística para as análises apresentadas neste trabalho.

Aos meus pais, Danuza e André, por sempre investirem na minha educação e apoiarem minha escolha, orientando com amor e dedicação os meus caminhos. Sou imensamente grata pelas oportunidades que vocês lutaram para que eu tivesse e por toda a alegria com as conquistas até aqui. À minha irmã, Bruna, agradeço por me acompanhar em cada instante dessa caminhada, por me motivar nos momentos de desânimo e por se oferecer para fazer pão de queijo nas longas tardes de estudo.

Agradeço também à vovó Rozélia e ao vovô Antelmo, por me acolherem em casa sempre que precisei e por me ensinarem, desde sempre, que nada é mais importante que buscar conhecimento. À vovó Marly, agradeço pelo carinho imenso e pela preocupação com a minha formação. À Libinha, agradeço por cuidar de mim o tempo todo. À dinda Patrícia, agradeço por me buscar no Fundão à noite para comer churros no carro e ouvir infinitas histórias dessa graduação. À dinda Marta, pelo incentivo e pelas orações e às tias Rejane e Denise, por me mostrarem em família o que é o amor à docência.

Não posso deixar de agradecer aos meus professores do colégio, que me inspiraram e me incentivaram a seguir o caminho da licenciatura. Em especial, à Rita Carolina, Leonardo Nery, Raphael Torres e Edson Souza, por vibrarem com a escolha pela Letras e serem parte da razão pela qual acredito nesse caminho. Às professoras Daniela Patti, Denise Kluge, Júlia Braga, Loise Soares, Maria Lúcia e Silvia Rodrigues, que, no caminho dessa graduação, me inspiraram com suas práticas e me permitiram ter aulas inesquecíveis das mais diversas áreas, deixando impossível gostar só de Língua Portuguesa.

À Estela, agradeço por ser minha melhor amiga e maior incentivadora e por dividir as alegrias e tristezas desde os meus 8 anos. Sem a sua amizade, não estaria aqui hoje. Obrigada por sempre me colocar pra cima, me acompanhar em tudo e acreditar em mim. À Carol

Duarte, à Betina, à Catarina e à Caroline, agradeço pelos longos anos de amizade cultivada com amor, carinho, cuidado e atenção. Obrigada por sempre torcerem por mim e celebrarem comigo as pequenas e grandes conquistas da vida. Crescer com vocês foi um privilégio e tenho muito orgulho de quem somos hoje.

Aos amigos que fiz na graduação, agradeço por estarem comigo desde que nos conhecemos, ainda pelo computador. Agradeço especialmente à Isa por ser minha maior e melhor parceira de trabalhos; à Jade, pelos incontáveis conselhos cheios de carinho; à Nina, pela parceria e pelo acolhimento; à Wine, pelas gargalhadas mais genuínas que já dei na vida; ao Rodrigo, pelas risadas sabor *halls* de uva verde; à Déborah, por ser amiga pra burro; à Gabi Gomes, por estar presente mesmo de longe; à Gabi Almeida, por dividir a orientadora e compartilhar os desafios na escrita desta monografia; ao Alex, por sempre enxergar o melhor em mim; ao Henrique, por acreditar (e interpretar) (n)os meus sonhos. E, principalmente, agradeço à minha Bia por ser exatamente quem eu precisava e por ter me dado, no nosso primeiro dia de aulas presenciais, um abraço que transformou absolutamente tudo. A muitos outros que o espaço e o tempo não me permitem citar nominalmente, mas que fizeram parte desses 4 anos, agradeço imensamente pela companhia nesse percurso tão desafiador e cansativo. A sorte de encontrar bons amigos fez tudo ser mais leve.

Cada um de vocês tem um lugar especial no meu coração e na minha trajetória. Muito obrigada por, cada um do seu jeito, fazerem parte desta pesquisa!

EPÍGRAFE

“O português tem um temperamento exterior, um *moi de surface* mais ríspido, mais rude; o brasileiro o tem mais suave, mais delicado. Pois bem: o português usa o imperativo com ênclise do pronome, forma de mando, incisiva, proparoxítona; *pass-me o café!*; o brasileiro usa, em caso tal, a próclise, forma antes de pedido, mais frouxa, paroxítona: *me passa o café!* Passe-me é ordem, me passa é pedido, já o notara João Ribeiro.” (Melo, 1972, p.51)

RESUMO

A SINTAXE DOS CLÍTICOS EM PEÇAS DE TEATRO PORTUGUESAS E BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA

Fernanda Elias Borges de Oliveira

A sintaxe dos clíticos tem sido importante fator de diferenciação entre o Português Europeu Moderno (PE) (Sécs. XIX-XX) e o Português Brasileiro (PB) ao longo do tempo. Estudos diacrônicos atestam o contraste entre a preferência brasileira pela próclise — já menos restrita no Português Clássico (PC) do que no Moderno, que chegou ao país na colonização — e pela ênclise, sempre preferida no PE na ausência dos chamados atratores de próclise, que só viriam a se fixar no PE Moderno. Com objetivo de debater a possível mudança linguística em tempo “real” de longa duração, este trabalho analisa a ordem dos pronomes clíticos em peças de teatro popular escritas em Portugal (Lisboa) e no Brasil (Rio de Janeiro) em dois momentos: *circa* 1840 e *circa* 1990. A teoria que sustenta a análise quantitativa e qualitativa dos dados é a Sociolinguística “Paramétrica”, que associa o modelo teórico para estudo da mudança fornecido pela Teoria da Variação e Mudança (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]) às contribuições da Sintaxe Gerativa, de onde parte a descrição gramatical que guia a análise variacionista. A análise estatística utiliza o pacote de programa Goldvarb-X (Sankoff, Tagliamonte e Smith, 2005). Os resultados mostram que a ênclise é categórica no PE na ausência de atratores e, a respeito da primeira sincronia no PB (1840), como esperado, encontramos as mesmas estruturas do PE. A sincronia final (1990), por outro lado, mostra a gramática brasileira, com construções conservadoras do Português Clássico e inovações desenvolvidas no Brasil.

Palavras-chave: Sintaxe dos clíticos; Português brasileiro; Português Europeu Moderno; sociolinguística paramétrica.

ABSTRACT

CLITIC PLACEMENT IN PORTUGUESE AND BRAZILIAN THEATRE PLAYS: A DIACHRONIC ANALYSIS

Fernanda Elias Borges de Oliveira

Clitic placement has been an important factor for differentiating Modern European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP) over time. Diachronic studies demonstrate the contrast between the Brazilian preference for proclisis — already used in Classical Portuguese (CP), which arrived in the country during colonization — and enclisis, always preferred in EP in contexts in which there are no attractors. Aiming to discuss possible linguistic change in “real” time, this work analyzes the order of clitic pronouns in popular theater plays written in Portugal (Lisbon) and Brazil (Rio de Janeiro). The theory that supports the quantitative and qualitative analysis of data is “Parametric” Sociolinguistics, which combines the theoretical model for the study of change provided by the Theory of Variation and Change (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]) with the contributions of Generative Syntax, which provides the grammatical description that guides the analysis. Statistical analysis uses the Goldvarb-X logistic model. Results show that enclisis is mandatory in EP if there are no elements to attract the pronoun, and as regards the first BP synchrony (1840s), as expected, we find the same patterns as those observed in EP; the final synchrony (1990s), on the other hand, exhibits the Brazilian grammar, with conservative patterns from Classical Portuguese and innovative patterns developed in Brazil.

Keywords: Clitic placement; Brazilian Portuguese; Modern European Portuguese; Parametric Sociolinguistics.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Pressupostos Teóricos	2
2.1 Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Quantitativa	2
2.2 O componente gramatical: os pronomes clíticos na língua portuguesa	4
2.3 A colocação pronominal no PE e no PB: trabalhos anteriores	7
3. Metodologia	11
3.1 As amostras de peças utilizadas	11
3.2 Hipóteses de trabalho	13
4. Análise dos Resultados	15
5. A redução do quadro de clíticos	29
6. Considerações Finais	32
Referências Bibliográficas	35

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise inicial da sintaxe dos pronomes clíticos em peças de teatro popular escritas em Portugal e no Brasil nos anos de 1840 e 1990, um intervalo de 150 anos, a fim de debater a possível mudança linguística em tempo “real” (Labov, 1994). Embora a colocação pronominal seja um tema abordado com frequência, o *corpus* de peças recolhido pela pesquisadora Maria Eugênia Duarte e seu grupo de pesquisa ainda não foi utilizado para a abordagem desse aspecto linguístico que, segundo Pagotto (1998), tem extrema relevância na distinção entre o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB). Aos trabalhos reunidos por Duarte (2012) no livro *O sujeito em peças de teatro (1833–1992): estudos diacrônicos*, com base na amostra de peças cariocas, se somaram, ao longo dos anos, novas pesquisas desenvolvidas a partir da mesma amostra e de outra, constituída de peças portuguesas escritas ao longo do mesmo período. Com as duas amostras, que serão descritas na seção 3 (Metodologia), surgiu a possibilidade de fazer análises contrastivas, como a que propomos nesta monografia.

A seção 2 apresenta o quadro teórico que orienta a pesquisa. Usaremos uma abordagem que parte da associação entre (a) a Teoria da Variação e Mudança (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), que fornece a teoria para estudo da mudança e os passos que devem ser seguidos e (b) as descrições do fenômeno ancoradas na sintaxe gerativa, como Brito, Duarte e Matos (2003), Galves *et al.* (2005), além da refinada descrição do fenômeno no Português Europeu contemporâneo de Martins (2013).

Consideraremos também as contribuições de estudos desenvolvidos desde a introdução da linguística, que mostram que a sintaxe dos clíticos passou por significativas mudanças naturais na história da língua. No continente europeu, partindo do português arcaico (PA), passando pelo clássico (PC), a língua chega até o português europeu moderno (PE), fase que se inicia a partir do século XIX. É apenas nesse momento que o PE parece revelar um quadro mais estável no que compete ao fenômeno em questão. Já no Brasil, o português trazido nas expedições marítimas de colonização foi o clássico, ainda instável. O que aconteceu em nosso país foi um curso diferente do PE: o PB conservou alguns traços do PC e somou a eles alguns traços inovadores tipicamente brasileiros. A colocação pronominal no PE, fixada no século XIX, está descrita em gramáticas recentes que serão o ponto de partida da nossa análise dessa mudança “não natural”.

Dentre as hipóteses que postulamos para desenvolvimento da pesquisa a partir das análises anteriores, a principal é a de que os autores das peças escritas no primeiro período reproduzirão a sintaxe portuguesa, de certa forma, mudando sua gramática adquirida no Brasil

como L1 devido à grande pressão normativa em favor na norma lusitana. Imaginamos, assim, que o período 1 da amostra (*circa* 1840) será cheio de cópias do PE. Para o período 7 (*circa* 1990), acreditamos que o PB vernacular entrará nas peças, exibindo traços sintáticos característicos da gramática brasileira, apesar de a escolarização (já ampliada) ainda ser pautada em modelos lusitanos. O detalhamento das hipóteses será feito na seção 3, a partir do quadro teórico e de breves considerações sobre a sócio-história da formação do PB.

Após apresentarmos os pressupostos teóricos e a metodologia para a análise, partiremos para a descrição quantitativa dos dados e as conclusões obtidas em um olhar qualitativo. Estando as hipóteses confirmadas ou não, traremos as considerações finais e as intenções para o prosseguimento da pesquisa.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Quantitativa e a Teoria de Princípios e Parâmetros

Os dados das amostras de peças serão analisados com aporte teórico na Teoria da Variação e Mudança (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), doravante TVM ou Sociolinguística, em uma análise com dados empíricos para confirmar se as formas em variação estão dispostas na língua de maneira ordenada, apesar de sua heterogeneidade. A TVM não é uma teoria gramatical, mas um modelo teórico para estudo da mudança, que oferece a sequência de passos da investigação para uma pesquisa sociolinguística. Por isso, requer uma descrição gramatical dos fenômenos para a aplicação do modelo de mudança, ou seja, a opção por uma teoria linguística que descreva o fenômeno e permita levantar os fatores linguísticos que atuam no curso da mudança. Assim, optamos por utilizar o aparato desenvolvido pela Sintaxe Gerativa e trabalhar com a Sociolinguística “Paramétrica”, que consiste, segundo Duarte (2016) na aplicação do modelo da TVM utilizando pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros como componente gramatical. As pesquisas sociolinguísticas que lidam com fenômenos variáveis podem se deparar com formas em variação estável ou uma mudança em progresso. Assim, a Sociolinguística Paramétrica procura compreender como os parâmetros da Gramática Universal sofrem remarcação de valor.

(...) a pesquisa “socioparamétrica” se inicia a partir das propriedades associadas a uma determinada marcação paramétrica, desde o estabelecimento de hipóteses e o estabelecimento dos grupos de fatores linguísticos até a interpretação dos resultados, o que permite responder as grandes questões empíricas da Teoria da Variação e

Mudança Linguística (TVM) propostas em Weinreich, Labov e Herzog (1968) (Duarte, 2019, p. 125)

A Teoria de Princípios e Parâmetros (TP&P) (Chomsky, 1981) está relacionada com a busca por propriedades invariáveis e comuns a todas as línguas, os princípios, e propriedades variáveis particulares de cada sistema, os parâmetros. Princípios e parâmetros ainda não formatados comporiam a chamada Gramática Universal (GU). Ainda segundo a TP&P, a competência linguística (ou Língua-I) de um indivíduo é um conhecimento interno, cuja consolidação em um estado mental estável só é possível a partir da exposição a um *input* linguístico até o período crítico para aquisição da linguagem.

Portanto, após serem determinados os grupos de fatores a partir da TP&P e das descrições específicas do fenômeno linguístico — que serão detalhadas na seção seguinte — a socioparamétrica procura responder às questões relacionadas aos problemas empíricos postulados por Weinreich, Labov e Herzog, excluindo, no caso deste trabalho, apenas o princípio da *avaliação* pelo falante, uma questão fortemente voltada ao componente social, que pode acelerar ou retardar um processo de mudança. Em primeiro lugar, o problema da *restrição* diz respeito à identificação dos contextos que prontamente aceitam a mudança linguística ou a ela resistem, investigando as condições para que tais mudanças se deem em estruturas específicas, partindo do “exame de fenômenos linguísticos particulares” (Coelho *et al.*, 2019, p.77). Está diretamente ligado à questão da *implementação*, que busca descobrir os fatores aos quais é possível atribuir o surgimento e disseminação da mudança, ou seja, apontar elementos estruturais que favorecem ou refreiam a determinada ocorrência de um fenômeno. Para a mudança tratada neste trabalho, podemos dizer que a sintaxe dos clíticos que é descrita nos manuais não retrata a gramática da L1 do brasileiro. Sua adoção advém da decisão de uma minoria letrada que, durante a consolidação dos manuais normativos de gramática no Brasil, optou por adotar um modelo exógeno. Na tentativa de mostrar como se dá a real implementação da colocação pronominal, os grupos de fatores descritos a seguir foram desenvolvidos, com objetivo de precisar os contextos em que mais ocorrerá próclise ou ênclise, comparando o PE e o PB.

A questão da *transição*, por sua vez, está relacionada ao percurso da forma inovadora no tempo real ou aparente. A resposta adequada a esse problema busca compreender como as formas variantes são passadas para novas gerações e difundidas entre diferentes grupos. No presente caso, observaremos se há adoção da ênclise no texto das peças em contextos em que o PB, seguindo o curso do PC, sempre preferiu a próclise (Teyssier, 1993 [1980]). Assim, poderemos constatar se há ou não uma mudança linguística em direção à natural colocação

proclítica brasileira na última sincronia da amostra. Por fim, a TVM entende por *encaixamento* a investigação de outros fenômenos superficiais que podem surgir no sistema linguístico relacionados ao fenômeno discutido, podendo ser decorrentes dele (Duarte, 2016, p.35). Tais estruturas, inseridas no sistema de modo “não acidental”, podem permitir, por exemplo, que levantemos a hipótese de que haja uma relação entre a opção pela ênclise em Portugal no século XIX e o enfraquecimento da vogal dos clíticos *me*, *te* e *se*, que favoreceria a cliticalização à esquerda.. Como essa mudança fonológica não ocorreu no Brasil, mesmo com a chegada de imigrantes ao longo de todo o período da colonização, podemos supor que a cliticalização à direita característica do PC tenha sido mantida, propiciando a ocorrência do clítico em primeira posição absoluta (como em “Me empresta um lápis”), terminantemente proibida pelos manuais, justamente porque não ocorre no PE, e a próclise ao segundo verbo nas formas verbais complexas (como em “Vou [te emprestar] um lápis”), inovação do PB no século XIX (Cavalcante, 1999).

É essencial destacar que a Teoria de Princípios e Parâmetros não é incompatível com a TVM. Não só é possível como também é necessário compatibilizar a linguística de “propriedades paramétricas” com a linguística de “pesos relativos”, sem que se esteja fazendo apenas uma leitura de dados já prontos (Duarte, 2019). Buscamos, então, encontrar as propriedades da Língua-I a partir dos dados da Língua-E, e, para isso, usamos teorias que não estão ocupando o mesmo campo. As hipóteses que orientam uma análise de mudança a ser feita à luz da TVM não são levantadas de maneira aleatória, mas partem do levantamento dos fatores relevantes para observação de um fenômeno específico descrito numa teoria gramatical adequada ao fenômeno em questão.

2.2 O componente gramatical: os pronomes clíticos na língua portuguesa

De acordo com Galves *et al.* (2005), uma das características sintáticas mais salientes para a descrição do português é a sintaxe dos clíticos. A partir da exaustiva análise da colocação pronominal, tem-se tentado estabelecer qual foi o momento histórico em que o Português Europeu Moderno surgiu ao observar quando a próclise característica do século XVI deu lugar à ênclise obrigatória, exceto na presença de operadores de próclise. Há divergências entre os estudos já feitos. Em 2005, Galves *et al.* defendem que a mudança de gramática ocorreu em um momento intermediário. O fato é que os dados levantados pelas autoras permitem observar índices insignificantes de ênclise (10% ou menos) em textos escritos por autores nascidos até o final do século XVII, com exceção da *Arte de Furtar* de Manuel da Costa, com 21% de ênclise e dos Sermões do Padre Antônio Vieira, com 45%. A

partir dos anos 1700, a taxa de ênclise passa a subir, atingindo até 85% no século XIX. É nesse momento que a tendência é completamente revertida em favor da ênclise.

Na Língua Portuguesa, os pronomes pessoais com função de complemento *o, a, os, as, lhe, lhes, se, te, nos, vos* compõem o quadro de clíticos postulado na tradição gramatical. Há, ainda, os reflexivos, e *se* indefinido, cujo uso suspende o argumento agentivo ou experienciador de uma sentença ativa. Embora não sejam os únicos itens lexicais deste tipo na língua, sendo acompanhados pelos “artigos definidos, os pronomes interrogativos *que* e *por que*, o pronome relativo *que*, as conjunções *que, se, mas, e, ou*, as preposições *de, para, por, com, em* e o quantificador *cada*” (Martins, 2013, p.21), é nos pronomes clíticos que este trabalho se concentra.

Ainda segundo Martins (2013, p.21), um clítico é um “item lexical sem acento prosódico atribuído no léxico” (Martins, 2013, p.21) e, por isso, depende de uma palavra adjacente necessariamente acentuada, chamada de palavra hospedeira. Itens dessa categoria têm determinada liberdade posicional, podendo estar ligados à hospedeira em diferentes posições na sentença. Apesar da dependência prosódica com relação à palavra acentuada, o clítico tem autonomia morfológica, ou seja, não funciona como um afixo ligado a um radical. Pronomes clíticos podem ser chamados de clíticos especiais, uma vez que se diferem dos demais clíticos — chamados de clíticos simples — por alguns fatores como a associação exclusiva a verbos e a não ocorrência em posição canônica (Brito; Duarte; Matos, 2003, p.826). Todavia, para este trabalho, a propriedade mais relevante que difere os pronomes clíticos de artigos, preposições e outros clíticos simples é a possibilidade de mobilidade em relação ao hospedeiro.

As sentenças em (1), (2) e (3) retiradas de Brito, Duarte e Matos (2003) e Martins (2013), exemplificam o uso de pronomes clíticos em posições variadas. A direção da cliticização é condicionada por fatores no nível frásico, discutidos em sequência.

- (1) a. Ele **viu-me** ontem na praia. (Brito; Duarte; Matos, 2003, p.827)
b. **Dou-lhe** onze anos no máximo. (Martins, 2013, p.27)
- (2) a. Os serviços **avisá-la-ão** da data da prova. (Brito; Duarte; Matos, 2003, p.865)
b. **Escrever-lhe-ia**, como ela me pedira que fizesse. (Martins, 2013, p.28)
- (3) a. Sei que o João **a viu** no cinema ontem. (Brito; Duarte; Matos, 2003, p.854)
b. A Maria também **nos viu**. (Brito; Duarte; Matos, 2003, p.855)

As sentenças em (1a,b) exemplificam a ocorrência de pronomes clíticos em ênclise, ou seja, seguindo o hospedeiro. A ênclise é tida como o padrão de colocação básico (Brito; Duarte; Matos, 2003, pp.849-850). No Português Europeu, essa regra é categórica a partir do século XVII, quando o padrão enclítico domina a língua, antes tomada por próclise. Segundo as autoras, “(...) contrariamente ao que acontece em outras línguas românicas de sujeito nulo, o padrão enclítico obtém-se em frases finitas de todos os tipos” (Brito; Duarte; Matos, 2003, p.852). Além disso, a ênclise também ocorre em muitas frases não-finitas, nas quais os pronomes podem estar adjacentes a formas de infinitivo — flexionado ou não — ou gerúndio. A mesóclise, cuja ocorrência depende de condição morfológica, está exemplificada em (2). A ocorrência do clítico no interior do seu hospedeiro só é possível em sentenças no futuro (2a) ou formas condicionais (2b) como colocação alternativa à ênclise.

Já (3a) e (3b) exibem ocorrências de próclise. O padrão proclítico consiste na presença do clítico precedente ao hospedeiro. As descrições utilizadas mostram que no PE Moderno, a próclise ocorre quando está presente algum elemento que atrai o clítico para a posição que precede a palavra hospedeira: são os chamados atratores de próclise ou proclisadores. Os principais atratores estão reunidos no Quadro 1 a seguir, assim como exemplos de sentenças em que ocorrem, com base nas descrições das autoras mencionadas nesta seção.

Quadro 1: Atratores apontados por Brito, Duarte e Matos (2003) e Martins (2013) para o PE Moderno

Operadores de negação frásicos e sintagmas negativos.	Os cães não a assustam.(Martins, 2013, p.29) Nada a assusta. (Martins, 2013, p.29)
Sintagmas Q-interrogativos, relativos e exclamativos. ¹	Quem te contou? (Martins, 2013, p.29) A pessoa a quem me apresentaste na conferência é interessante. (Brito, Duarte e Matos, 2003, p. 854) Como ele me irrita! (Martins, 2013, p.29)
Orações subordinadas introduzidas por complementadores simples e complexos ²	Sei [que o João a viu no cinema ontem.] (Brito, Duarte e Matos, 2003, p. 854)
Advérbios de focalização (a), de frequência (b) e advérbios topicalizados com valor de foco (c)	(a) Só aquele cão te morderia. / Até o gato me mordeu. (Martins, 2013, p.29) A Maria também nos viu. (Brito, Duarte e Matos, 2003, p. 855) (b) Sempre o vejo zangado. (c) Ali se construiu o mosteiro. Rapidamente se afastou.

¹ Quando está presente nas frases um verbo de elevação sem realização lexical, com valor modal ou temporal, ocorre ênclise.

² São complexos aqueles selecionados por advérbio ou preposição.

	(Martins, 2013, p.29)
Outros focos contrastivos (não adverbiais) com constituintes antepostos	Nas pernas se fiava ele. (Martins, 2013, p.29) Um golpe traiçoeiro a derrubou. (Martins, 2013, p.29)
Advérbios (a) de referência predicativa; (b) confirmativos; (c) de atitude proposicional e (d) aspectuais	(a) A Maria também nos viu. (b) O João sempre te convidou para a festa. (c) Talvez ele lhe telefone. (d) O João já/ ainda se lembra desse acidente.
Quantificadores ³ (a) distributivos e grupais, (b) indefinidos e existenciais ou (c) generalizados.	(a) Qualquer um te empresta esse programa. Tudo a põe doente. (b) Alguém/ algo te enganou. (c) Poucas/ Muitas pessoas se importam com isso. (Brito, Duarte e Matos, 2003, p. 855-856)
Conjunções correlativas com um elemento de polaridade negativa.	Não só a Maria o insultou como também o Pedro lhe bateu. (Brito, Duarte e Matos, 2003, p.856)
Conjunções correlativas disjuntivas.	Ou a Maria lhe faz todas as vontades, ou o Pedro se zanga. (Brito, Duarte e Matos, 2003, p.856)
Construções apresentativas iniciadas por constituinte ligado discursivamente e nas quais o sujeito tem estatuto de foco informacional. Tipicamente locativos ou dêiticos demonstrativos.	Aqui se assinou a paz. Isso te dissemos todos. (Brito, Duarte e Matos, 2003, p.856)
Declarativas enfáticas	Um dia se saberá toda a verdade. Pois te garanto que é assim. (Martins, 2013, p.29)

Martins (2013) evidencia a possibilidade de haver um constituinte entre o clítico e o verbo, situação chamada de interpolação. Nesses casos, o marcador de negação frásica (não) interrompe a continuidade entre o pronome proclítico e o verbo que o hospeda. É o caso de “O que ele lhe **não** terá dito!” (Martins, 2013, p.23). No PC, outros elementos, além da negação, podiam aparecer interpolados.

2.3 A colocação pronominal no PE e no PB: trabalhos anteriores

Com amparo na descrição do fenômeno, é possível pensar na trajetória histórica da colocação pronominal. Estável em Portugal a partir do século XIX, a norma sofre alterações no Brasil, descritas por Pagotto (1998): um processo que ignorou a escrita em desenvolvimento no país. Considerando que é o PC que chega à colônia desde o século XVI,

³ Segundo Brito, Duarte e Matos (2003), quantificadores como *cada*, além de quantificadores numerais, partitivos e de contagem não são proclisadores. No grupo dos indefinidos e existenciais, *um* e *algum* não são atratores, mas *alguém* e *algo* são.

a sintaxe dos clíticos se dava aqui de uma maneira bem diferente da portuguesa nos anos 1800, uma vez que o PE já havia perdido diversos traços sintáticos do período clássico. A Independência da colônia foi acompanhada de tentativas, especialmente dos autores do movimento romântico, de criar uma identidade nacional para o país. Nessa conjuntura, muito da norma culta brasileira, ou seja, do português usado pelas elites, que constituíam uma minoria, já estava bem mais próxima do PE do que dos usos reais da língua em nosso território. Citando o historiador Antonio Gil (1994), Pagotto (1998) explica que a tentativa de ruptura com o passado colonial ainda buscava, mesmo após a Independência, uma unidade cultural “que os aproxime da civilização europeia” (Pagotto, 1998, p.55). Aproximar o Brasil de Portugal era, de certa forma, conferir a nós certo *status* de superioridade, mesmo que isso significasse adotar uma norma da língua à qual a massa não estava familiarizada. Paradoxalmente, o Brasil tentava estabelecer sua identidade própria espelhando os usos linguísticos do colonizador.

Análises como a de Duarte e Pagotto (2005) permitem observar como a colocação pronominal aparecia no Português Brasileiro real de maneira distante daquela esperada pela norma padrão portuguesa. Em “Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX”, os autores constatam que, durante o período de consolidação do PB, os falantes reagiam de maneira diferente a fenômenos de mudança e normatização. A partir da comparação entre cartas escritas por Christiano e Bárbara Ottoni para seus netos no exterior entre 1879 e 1892, são reveladas importantes distinções em relação à colocação pronominal. A observação qualitativa dos dados revela que o avô, homem da elite, engenheiro e senador da República, com formação em Coimbra, tem um comportamento que se aproxima do português europeu moderno, ou seja, mantém o padrão enclítico predominante. Por sua vez, a escrita da avó, — igualmente membro da elite, filha de ricos fazendeiros de café no estado do Rio de Janeiro, porém dona de casa e com educação doméstica — reflete o uso de um padrão mais antigo do PC, além de incluir formas inovadoras, como o clítico em primeira posição absoluta e a próclise ao V2, mostrando o português brasileiro vernacular, sem a pressão que a escolarização de poucos reprimia.

As cartas da avó exibem, em estruturas verbais simples, 93% de ocorrências de próclise. Em contexto de início absoluto, 60% dos pronomes foram proclíticos, enquanto 40% estavam em ênclise. Christiano, por sua vez, não colocou nenhum clítico em próclise em início absoluto. Em estruturas coordenadas simples, marido e esposa têm comportamentos opostos: Bárbara faz ênclises em 14% dos casos e próclises em 86%. Os números se invertem

no caso de seu marido. Já nas estruturas verbais complexas, o maior destaque é a próclise a V2, como ocorre com os verbos destacados em negrito em (4).

- (4) enquanto estou fa-|zendo doce de caju **estou** sem[pre] **melebrando** de que voce | sempre **queria meajudar** | e os sabados sempre fa-|co Paõ doce e meembro de | de que se voce estivesse aqui **avia meajudar** (Carta 30, avó Barbara, 1885: p.218)

Assim como a correspondência dos avós para os netos, cartas endereçadas a Rui Barbosa, importante jurista e diplomata brasileiro, estudadas por Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011), também permitem observar fenômenos a respeito da colocação pronominal no PB. A análise revela a confusão linguística instaurada no país durante o século XIX. O próprio Rui Barbosa defendia fielmente a escrita na mais pura e alta forma da língua portuguesa. Tanto o fazia que, durante o debate prévio ao estabelecimento do Código Civil do país, a formulação da lei ficou em segundo plano na discussão, dando lugar a uma batalha sobre a redação do documento. Escritas em um período no qual se disseminava a “necessidade de depuração da língua” (p.169), muitas das cartas, redigidas por ilustres, eram marcadas por um purismo linguístico e pela tentativa de reprodução do modelo lusitano difundido no ensino formal.

Um falante mais próximo a Rui Barbosa, contudo, deixava aparecer em suas cartas alguns traços da sintaxe brasileira: Carlos Nunes de Aguiar. Se comparado aos demais, Carlos tem um comportamento distinto, especialmente em dois contextos. Em primeiro lugar, foi o único a utilizar próclise em início absoluto de sentença, embora ainda optasse pela ênclise em alguns momentos. Em suas cartas, há variação entre ambas as formas, ao contrário da ênclise categórica nas demais. Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011) reforçam que esse uso não era possível nem no PC e nem no PE: é uma marca definitivamente brasileira. Além disso, em orações infinitivas preposicionadas, contexto variável no PE, Carlos optou pela próclise, enquanto os demais ficaram com o padrão enclítico. A intimidade entre os interlocutores pareceu ser um fator de relevância para a possibilidade de haver expressão da norma do PB. Assim como nas cartas da avó, a emergência da próclise no PB se dá em contextos inovadores que antecipam o que viria a se tornar o PB dos falantes escolarizados, como a próclise ao segundo verbo nas estruturas complexas.

Um dado interessante a respeito das cartas é que foram encontradas ocorrências de ênclise mesmo em contextos em que havia proclisadores. Tendo em vista que o destinatário das cartas era da elite, altamente escolarizado, e que tinha o hábito de corrigir a gramática dos remetentes que não seguissem a norma padrão, é possível que casos excepcionais de ênclise

não sejam apenas falta de familiaridade com a norma, mas sejam casos de hipercorreções. Essa forte presença de ênclise em todos os contextos revela uma tentativa de aproximação com o PE. Acreditamos que a descrição do fenômeno da colocação pronominal nas gramáticas tradicionais brasileiras pode ser mais um fator de favorecimento para que haja ênclise em contextos cuja próclise seria recomendada, uma vez que não é mencionada a possibilidade de o atrator de próclise estar oculto numa estrutura subordinada coordenada a outra, ou distante do verbo e do clítico pela presença de elementos intervenientes (estruturas de sujeito, sintagma preposicional, ou mesmo orações inteiras) que não impedem a próclise.

A variedade de usos entre os missivistas de Rui Barbosa e a comparação entre o avô e a avó evidenciam a disputa no século XIX entre a norma importada do português europeu moderno e a norma brasileira francamente proclítica. Portanto, o que se pretende neste trabalho é observar qual das duas variantes pôde progredir na língua ao longo do século XX, apontando quais fatores estruturais favoreceram a implementação no Brasil da forma inovadora em relação ao PE, a colocação em próclise, que também pode ser lida como conservadora em relação ao PC.

Percebemos, portanto, que os trabalhos acima descritos mostram que os letrados brasileiros do século XIX não tentavam, de forma alguma, recuperar os usos do PC, sabidamente mais proclítico. O que se desejava nessa época era copiar o português europeu moderno para, a partir disso, garantir uma suposta superioridade linguística. Devido a essa vontade de espelhar os usos de Portugal, a constituição da norma gramatical brasileira ignorou totalmente a fala vernacular e a escrita, que, apesar do alto índice de analfabetismo, começava a despontar. Segundo o filólogo Antônio Houaiss (1988 [1985], p. 131), no início do século XIX, “para 3 milhões e meio a 4 milhões de habitantes, não haveria mais de 18 a 20 mil (0,5%) letrados, que constituíam parte da classe dirigente e dominante (...)”. Essa informação é essencial para compreender que a adoção da norma portuguesa foi um movimento exercido por uma minoria que não incluía nem mesmo pessoas de altas classes sociais, como donos de terra e seus filhos. Eram letrados e participavam das discussões apenas homens de famílias muito abastadas, enviados para estudar em Lisboa ou nas poucas Academias extremamente caras e exclusivas que havia em território brasileiro. Logo, compreendemos que a implementação do padrão enclítico do PE em nossa norma não foi, em momento algum, um processo natural.

Assim, podemos afirmar que a colocação pronominal seguiu caminhos bem distintos no além-mar, o que veio a ter grande importância na codificação da norma brasileira. A partir da proclamação da República, com a intensificação das tentativas de estabelecer uma norma

gramatical, houve uma apropriação de norma exógena baseada no PE, o que estabeleceu uma grande distância entre o que era realmente falado e **escrito pelos poucos letrados no país** e o que se deveria escrever. Considerando tal descompasso entre fala e escrita, pretendemos mapear a sintaxe dos clíticos nas peças do primeiro e do último período da amostra, para verificar a influência da norma lusitana na escrita dos autores de peças brasileiras, **particularmente no primeiro período.**

3. METODOLOGIA

3.1 As amostras de peças utilizadas

Com base no que foi apresentado a respeito dos pronomes clíticos e das normas de colocação em relação ao hospedeiro, o objetivo deste trabalho é analisar a ocorrência dos padrões proclítico e enclítico em diferentes sincronias no PE e no PB. Para atingir esse objetivo, foram coletados dados de peças de teatro brasileiras e portuguesas escritas em dois momentos: *circa* 1840 e *circa* 1990. As peças fazem parte da amostra do projeto de estudos diacrônicos desenvolvido pela professora Maria Eugênia Duarte e seu grupo de pesquisa na Faculdade de Letras da UFRJ. Algumas das peças inicialmente levantadas haviam sido publicadas pelo Ministério da Cultura ou por algumas editoras, como a L&PM. Os demais foram obtidos na SBAT — Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Embora seja possível encontrar os *corpora* completos na sala D-23 da Faculdade de Letras da UFRJ, os dados analisados para este trabalho compõem os dois períodos extremos da amostra, que conta ainda com peças dos seguintes períodos: *circa* 1880; *circa* 1920; *circa* 1940; *circa* 1955; *circa* 1975. Dos sete períodos, optamos por trabalhar inicialmente com o primeiro e o último, para dar um panorama geral do início do século XIX e do final do século XX, que será futuramente expandido com a análise dos textos produzidos nos demais momentos.

A escolha por esse material parte da tentativa de trabalhar com as Comédias de Costumes, em que se buscava aproximar as falas dos personagens à fala vernacular do período em que foram escritas. As comédias, historicamente, trazem elementos do cotidiano de seu público, ao contrário dos personagens e situações distantes e grandiosos das tragédias dramáticas. Segundo Duarte (2023), “tratam do cotidiano de forma às vezes bastante irreverente, às vezes satírica e até mesmo sentimental. São comuns críticas políticas e sociais de forma indireta.” (p. 35). Tais características dos textos leves fazem com que esse material seja muito útil para observar um possível reflexo de fala mais espontânea, o que não acontece em textos escritos com uso linguístico mais monitorado, como as notícias ou artigos, por exemplo. Logo, a esperada proximidade entre a escrita das peças e a fala faz com que tais

textos componham um *corpus* adequado para o que propomos nesta análise, sem nos esquecermos do que foi dito na seção anterior sobre a pressão normativa no século XIX, que ainda persiste, apesar das evidências vindas da gramática da fala. Assim como nas cartas da avó e dos falantes mais próximos a Rui Barbosa, esperamos que a sintaxe brasileira seja revelada pelo domínio da coloquialidade e que possamos, assim, compará-la com a sintaxe portuguesa.

A primeira análise contrastiva derivada dessa amostra foi feita por Marins (2013), sobre o uso dos verbos *haver* e *ter* em construções existenciais, seguida pelo trabalho de Henriques (2013), sobre verbos de alçamento. A eles se seguiram estudos como Mourão (2015), sobre os sujeitos pronominais definidos, Augusto (2015), sobre a expressão da modalidade, Nicolau de Paula (2016), sobre a ordem VS nas interrogativas-Q e Cardoso (2017), sobre as estratégias de indeterminação; Marques de Sousa (2017) e Fernandes (2018) sobre os clíticos acusativo e dativo e suas formas variantes, e, mais recentemente, Guimarães (2021), acerca da retomada dos sujeitos proposicionais e Deyse Edberg (2021) sobre a variação na forma do complemento acusativo de 2ª pessoa em relação ao tratamento dispensado ao interlocutor.

Neste trabalho, foram utilizadas 5 peças dos períodos 1 (anos 1840) e 7 (anos 1990). Representa a primeira sincronia o texto *Uma cena de nossos dias*, de Paulo Midosi para o PE. Para o PB, selecionamos *O Noviço*, de Martins Pena. Já para os anos 1990, o PE tem *A vingança de Antero ou a boda deslumbrante*, de Luísa Costa Gomes, enquanto o PB é representado por Miguel Falabella. Os textos escolhidos foram *No coração do Brasil* e *Como encher um biquíni selvagem*. Embora as peças tenham tamanhos diferentes e, em decorrência disso, números diferentes de dados, optamos por selecionar aproximadamente 200 ocorrências em cada um dos períodos, a fim de manter um equilíbrio.

Os dados coletados nas amostras foram codificados com base nos seguintes grupos de fatores linguísticos, tendo como variável dependente a colocação dos clíticos em próclise ou ênclise (que inclui a mesóclise): (a) posição do clítico, (b) forma verbal (simples ou complexa), (c) tipologia das formas complexas, (d) padrão de colocação nas formas complexas, (e) tipo de clítico, (f) tipo de estrutura inicial da oração – que permite verificar o que podia levar à próclise no PC e o quadro de atratores no PE moderno, bem como os contextos variáveis, (g) o período de tempo e (h) a variedade do português. O pacote de programas Goldvarb-X foi utilizado para a análise estatística, que neste trabalho foi limitada à distribuição dos dados e aos necessários cruzamentos. Por uma decisão metodológica, dado o pequeno número de ocorrências, optamos por amalgamar as ocorrências de mesóclise com os

casos de ênclise, partindo da concepção previamente mencionada de que o padrão mesoclítico é alternativo ao enclítico em casos particulares. Para os fatores não-linguísticos, optamos por considerar o período de tempo, essencial para permitir a investigação precisa do curso da mudança, além da identificação do autor.

3.2 Hipóteses de trabalho

Com base no que tem sido apontado nos estudos contrastivos anteriores, reforçamos nossa principal hipótese: há um descompasso na sintaxe dos clíticos do PB em relação ao PE na última sincronia e, por isso, as peças da primeira sincronia deverão mostrar uma réplica do PE, não o português brasileiro. Considerando que, no século XIX, a elite brasileira frequentemente era enviada para estudar em Portugal e, ao retornar, copiava as estruturas linguísticas lá utilizadas e que o analfabetismo era categórico mesmo dentre os mais privilegiados, compreendemos que o domínio da escrita estava restrito a uma ínfima parcela da população “como escritores, agregados, escrivães, escreventes, escrituários, correspondentes, comerciantes e clero” (Houaiss, 1985, p. 131).

Nas palavras de Fávero,

As primeiras gramáticas escritas por brasileiros são do início do século XIX e podem ser consideradas, como o fez Antenor Nascentes (1939, p. 23), livros portugueses, pois não tratam das diferenças que já apresenta a língua falada no Brasil e seguem todas a linha da gramática filosófica, continuando a tradição logicista (*une science est une langue bien faite*), com a influência de Sánchez, Port-Royal, Enciclopedistas, a teoria das elipses, o conceito de verbo-substantivo e o dogmatismo do certo e errado, que ainda hoje permeiam nossas gramáticas. (Fávero, 2009, p.21)

Tal influência intensa e direta da lusofonia na gramática normativa brasileira, descrita por Fávero (2009), impacta a produção literária no Brasil, ainda que os personagens envolvidos nas peças aqui analisadas pertençam a diferentes classes sociais. Assim, não esperamos encontrar muitos dados que fujam da normatividade, seja nas peças lisboetas, seja nas peças cariocas dos anos 1840. As informações históricas apresentadas, associadas às conclusões a respeito da sintaxe dos clíticos reunidas nos trabalhos anteriores produzidos sobre o tema, permitem estabelecer algumas previsões a respeito dos dados levantados nas peças de teatro. Esperamos encontrar nas peças portuguesas um comportamento regular na comparação entre a primeira e a última sincronia (circa 1840 e circa 1990), considerando a atestada estabilização do fenômeno no PE no século XIX.

Por outro lado, esperamos encontrar na última sincronia do século XX aquilo que tem sido assumido como mudança e que é, para nós, na verdade, a entrada do português brasileiro

real na escrita. À medida que novas gerações deixam de ser treinadas numa gramática estrangeira, que veio atrapalhar o curso da colocação pronominal praticado aqui, o português brasileiro começa a se impor, retomando e aumentando a tendência proclítica que já existia no português clássico. Por isso, espera-se que a colocação pronominal na última sincronia representará o puro PB, com predomínio do padrão proclítico inclusive ao segundo verbo das locuções. Também esperamos uma redução no quadro de clíticos se comparado ao quadro português das primeiras sincronias.

Os trabalhos de Cardoso (2017), Marques de Sousa (2017) e Fernandes (2018) com as mesmas amostras de peça já apontam a quase extinção de três tipos de clíticos no português dos cariocas: o indefinido *se*, acusativo *o* e dativo *lhe* de 3ª pessoa. A partir de diversas análises variacionistas já realizadas, esperamos que o PB demonstrará a substituição do pronome “o(a)” acusativo por objeto nulo ou por ele(a) acusativo e do *lhe* (dativo), por SPs anafóricos ou dativo nulo. Por sua vez, o “se” indefinido parece dar espaço a outras estratégias de indeterminação do sujeito. Também acreditamos que o pronome “nos” cairá em desuso devido à gramaticalização de “a gente” como pronome pessoal no Brasil. Também buscamos observar a possível ocorrência de casos de hipercorreção no PB, motivados pelo que Kato (2005) aponta como o surgimento de uma terceira gramática, que mistura as formas reais adquiridas a partir dos dados aos quais o brasileiro é exposto no período de aquisição com a gramática apresentada nos manuais normativos e no ensino formal. Além de permitir o aparecimento de estruturas que não são nem do PE e nem do PB (como os casos de ênclise em contextos com atratores).

Refinando nossas hipóteses, buscamos responder, a partir das análises, as seguintes perguntas:

- a) sobre o PE: Houve mudança nos padrões de colocação pronominal no PE entre os séculos XIX e XX ou a estabilidade se confirma? A implementação da ênclise apontada por Galves *et al.* (2005) nos contextos de SN V se confirma? Quais dos atratores previstos nas descrições gramaticais realmente ocasionam próclise? Quais os contextos de variação?
- b) sobre o PB: Até que ponto a tentativa de adotar a norma lusitana influenciou a sintaxe dos clíticos no Brasil? Em que momento as peças revelam postura conservadora do PB em relação aos usos do PC? Em que momento começam a surgir inovações naturalmente brasileiras, como a próclise em início absoluto e a V2? Em que contextos foi usada ênclise na presença de atrator de próclise devido à falta de familiaridade com

a norma portuguesa? Quais são os clíticos remanescentes no paradigma brasileiro no final do século XX e o que os tem substituído?

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados quantitativos gerais relativos à posição dos clíticos por sincronia tanto no PE quanto no PB estão representados na Tabela 1 a seguir. Ressaltamos que, nessa tabela, estão contabilizados os resultados de formas verbais simples e complexas.

Tabela 1: Distribuição geral das ocorrências de próclise (vs. ênclise) no PE e PB nos anos 1840 e 1990

	Anos 1840	Anos 1990	Total
PE	128/209 (61%)	95/200 (47.5%)	223/409
PB	81/200 (40.5%)	196/200 (98,5%)	277/400

A partir da tabela, é possível comentar a distribuição percentual das ocorrências de próclise. Nos dados do PE dos anos 1840, as 128 ocorrências representam 61% do total, restando 39% de ênclise. Já no período final da amostra, a porcentagem de próclise cai para 47.5%, indicando uma preferência pela ênclise. Quanto ao PB, ocorre o contrário: os 81 dados de próclise no primeiro período correspondem a 40.5% de 200, enquanto a ênclise responde por 59.5%. Esses casos de ênclise incluem apenas 4 casos de ênclise nos anos 1840 da amostra brasileira, que serão ilustrados oportunamente. No período final da amostra, há um aumento quase categórico de próclise, que alcança 98,5%, o que já anuncia uma confirmação de nossa hipótese em relação ao PB.

Para que se possam verificar os contextos em que ocorrem a próclise e a ênclise é necessário observar dois fatores importantes na sintaxe dos clíticos: as formas simples ou complexas e a ocorrência de elementos proclisadores, capazes de levar à próclise, especialmente com as formas verbais simples no PE. Quanto ao PB, sabemos que há um descompasso entre as normas lusitanas, presentes nas gramáticas e, uma inclinação à próclise, que já se anunciava no português clássico. Assim, a Tabela 2 distribui o uso de próclise (vs. ênclise) em sentenças com formas verbais simples. Para o PE, computamos 336 dados e para o PB, 315. A distribuição para o PE revela uma redução da próclise no PE na segunda sincronia, um resultado esperado pelo que vimos na seção 1. Entretanto, os índices de próclise

continuam significativos e só o exame dos contextos sintáticos pode nos dizer se eles correspondem à presença de elementos que constituem atratores, o que veremos nas Tabelas 3a e 3b. Entretanto, é notável o aumento da próclise no PB. Mantendo o mesmo percentual indicado no conjunto de dados na Tabela 1.

Tabela 2: Distribuição das ocorrências de próclise (vs. ênclise) com formas verbais simples no PE e PB

	Anos 1840	Anos 1990	Total
	Próclise em formas simples / Total de próclises	Próclise em formas simples / Total de próclises	Próclise em formas simples / Total de próclises
PE	102/176 (58%)	74/160 (46%)	176/336 (52%)
PB	73/174 (42%)	139 /141 (98,5)	212/315 (67%)

Passemos então ao exame das Tabelas 3a e 3b, que vão mostrar a distribuição da próclise segundo os fatores apontados nos estudos descritos na seção 1.2. Como veremos, alguns elementos que funcionavam como atratores no português clássico deixam de licenciar a próclise no PE no período moderno. No PB, ao contrário, esperamos a manutenção de alguns desses atratores e inovações já observadas em estudos anteriores. Nas tabelas, os contextos de (a) início absoluto, (b) início de oração, (c) presença de conjunção coordenativa (exceto *ou*), (d) sujeito pronominal ou (e) sintagma nominal e presença de sintagma preposicional e outros advérbios, representam os casos que, conforme as descrições gramaticais, não levariam à próclise no PE moderno.

Tabela 3a: Distribuição das ocorrências de Próclise (vs ênclise) em formas verbais simples e a estrutura sintática inicial no PE

Contexto sintático	1840	1990
PE		
Operadores de negação	20/20 (100%)	21/21 (100%)
Quantificadores	2/2 (100%)	—
Pronomes relativos e interrogativos	40/40 (100%)	8/8 (100%)

Conjunções subordinativas e a coordenativa “ou”	14/14 (100%)	20/23 (86,9%)
Advérbios de frequência	2/2 (100%)	0/1 (0%)
Operadores de foco e termos topicalizados	13/14 (92,8%)	21/21 (100%)
Prep + forma nominal	6/7 (85,7%)	4/4 (100%)
SPs e outros advérbios	3/6 (60%)	1/7 (14,2%)
Sujeito lexical ou pronominal	1/8 (12,5%)	0/11 (0%)
Conjunção coordenativa (exceto “ou”)	0/16 (0%)	0/9 (0%)
Nenhum elemento/ início de oração	0/18 (0%)	0/29 (0%)
Nenhum elemento/início absoluto	0/27 (0%)	0/21 (0%)

Os dados encontrados nas peças portuguesas em ambas as sincronias revelam que, como esperado, a ênclise é categórica no PE na maioria dos contextos de ausência de atratores. Ao voltar a atenção para os casos em que há presença de elemento atrator no PE dos anos 1840, observamos que na presença de sintagma de negação (5a), pronome relativo (5b) ou interrogativo, e quantificador (5c), Paulo Midosi não usou ênclise nenhuma vez com formas verbais simples. O mesmo ocorreu com conjunções subordinativas (5d) e a coordenativa “ou” (5e) e com advérbios de frequência (5f). Os casos, que não mostram nenhuma fuga ao padrão esperado, são exemplificados, respectivamente, a seguir.

- (5) a. Ambrósio: Não me consta que goste de ninguém. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
- b. Valério: Creio que sim: é pouco mais ou menos como por cá: uma palavra vazia de sentido, que se invoca para fins diversos. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
- c. Valério: Está bem, está bem: trataremos do nosso negócio, e o mais tudo se fará; adeus, amigo, até logo. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)
- d. Libório: Não, senhor: talvez porque quer que o inclua na lista dos novos camaristas? (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)

- e. Valério: Não entendo, amigo Libório, **ou me enganou** então, ou **me quer enganar agora**. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)
- f. Bijou: No tempo antigo quem festas dava **sempre as findava** com bom jantar. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)

Embora não tenha havido ocorrências com quantificadores na última sincronia, a próclise categórica foi mantida com operadores de negação e pronomes relativos. Entre os raros casos de ênclise com atratores, que fogem ao padrão encontrado, destacados em negrito na tabela 3a acima, encontramos casos de ênclise em ambas as sincronias, com operadores de foco ou advérbios de frequência, exemplificados em (6a) e (6b). Já com a conjunção “ou”, o PE de 1990 apresentou casos de ênclise inesperados nas orações em (6c) e (6d).

- (6) a. Bijou: Olhe, Sr. Valério, **lá empalmam-se** noivas, que nem que fossem moedas de doze. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)
- b. Amigo do pai da noiva: (...) Claro que é preciso, **já** agora **faz-se** como deve ser. (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996)
- c. Antero: Olha, vou-me pôr no meio da estrada e ou param **ou passam-me** por cima! (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996)
- d. Antero: (...) perguntam-me o que é que eu estava lá a fazer... **ou** então **acuso-o** de ter outra mulher... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996)

Seguindo a Tabela 3a, temos, a seguir, o contexto de variação PREP (ou locução prepositiva) + forma nominal, em que vemos a preferência pela próclise, que alcança 87,5% nos anos 1840 e 100% nos anos 1990 conforme os exemplos em (7a) e (7b). Em (7c) vemos o único caso de ênclise encontrado, em que a preposição **a** não favoreceu a próclise. Contamos apenas com 11 dados para os dois períodos (7 e 4, respectivamente) o que não nos permite discutir o caráter variável da colocação neste contexto. Além das preposições *para* e *a*, aparecem as preposições *em* e *de*.

- (7) a. Valério: É **para lhe dar** todos esses papéis necessários, e os banhos corridos, porque vou casar com Sofia. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)
- b. Padre: (...) Meus filhos, estamos hoje aqui reunidos neste santíssimo templo **para vos unir** pelo santo sacramento do matrimónio (...) (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996)

c. Ambrósio: Diz muito bem, meu senhor: no entanto dê-me licença que eu vá procurar o Sr. Alberto, porque tenho negócio de importância **a comunicar-lhe**.

Na presença de SPs em posição inicial, um contexto já não considerado variável, segundo as descrições recentes sobre o PE Moderno, mostrado em (8), vemos uma mudança nesse intervalo de 150 anos, em direção à ênclise, uma vez que o padrão proclítico passa de 60% em 1840 para aproximadamente 14% em 1990; ainda assim, apesar do pequeno número de dados, a ênclise não é categórica nos anos 1990:

- (8) a. Libório: Sem nenhum, meu amigo; em duas palavras, eu **lhe explico** o que isso é: dizem os contrários, é dia; (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)
- b. Padre: Da última vez sentia-me tão ... tão pouco à vontade, tão culpado que na homilia ... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996)

Antes de passarmos às quatro últimas linhas da Tabela 3a, destacamos que foram encontrados nas formas simples da peça dos anos 1840 cinco casos da chamada *interpolação*, que consiste em uma característica do português que permite que os clíticos estejam separados do verbo pelo operador de negação, fenômeno não atestado na peça selecionada para os anos 1990. Os dados em (9) ilustram ocorrências desse tipo, mostrando que em todos eles há um elemento atrator em início de oração.

- (9) a. Valério: Sem eles, à fé de quem sou que Sofia **me não desprezaria**. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
- b. Libório: A traça é boa; mas se sua sobrinha teimar em o não querer por marido, teremos na freguesia cena de entremez (...). (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
- c. Alberto: Se Ambrósio **me não vale** nestes apuros, mal de mim! (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
- d. Ambrósio: Se me não engano, hoje é um dos dias em que lhe deu para não querer jantar; (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
- e. Ambrósio: Venho a dizer, que são precisos pintos para o pobre Ambrósio, que os não vê há meses: pintos, Sr. Alberto (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).

O mais importante na mudança esperada sobre o que foi descrito acerca da consolidação do PE Moderno é a quase ausência de próclise com um sujeito lexical ou

pronominal, sem outro atrator, com uma única ocorrência, como se vê em (10). De 12,5% em 1840, não há mais ocorrências de próclise nesse contexto em 1990. A ocorrência na primeira sincronia, embora única, parece revelar um resíduo da gramática do português clássico (PC). Nos demais casos, a ênclise já é a norma.

(10) Alberto: Muito bem, Sr. Bijou: meu tio **me encarregou** de lhe dizer que as senhoras por incomodadas... (PE, Paulo Midosi, *Uma cena de nossos dias*, 1843).

Finalmente, observamos nas três últimas linhas que a exclusividade do padrão enclítico se manteve em orações introduzidas por conjunção coordenativa (exceto “ou”)⁴. Pudemos observar que vale para as duas sincronias do PE a regra repetida à exaustão no ensino de gramática no Brasil: “Não se começa frase com pronome oblíquo”. Não houve registros de colocação proclítica em contextos de início absoluto ou início de oração nos dados analisados.

Passemos aos dados obtidos para as peças brasileiras.

Tabela 3b: Distribuição das ocorrências de Próclise (vs ênclise) em formas verbais simples e a estrutura sintática inicial no PB

PB		
Contextos	1840	1990
Operadores de negação	16/17 (94,1%)	21/21 (100%)
Quantificadores	—	—
Pronomes relativos e interrogativos	19/25 (76%)	16/16 (100%)
Conjunções subordinativas e a coordenativa “ou”	13/17 (76,4%)	14/14 (100%)
Advérbios de frequência	—	3/3 (100%)
Operadores de foco e termos topicalizados	13/16 (81,2%)	3/3 (100%)
Prep. + forma nominal	3/11 (27,2%)	9/9 (100%)

⁴ Poucos gramáticos brasileiros chamam a atenção para o detalhe do comportamento de “ou” como atrator de próclise, o que revela sua natural falta de intuição no que diz respeito à colocação lusitana.

SPs e outros advérbios	2/7 (28,5%)	3/3 (100%)
Sujeito lexical ou pronominal	5/15 (33,3%)	36/37 (97,2%)
Conjunção coordenativa (exceto “ou”)	2/9 (22,2%)	14/14 (100%)
Nenhum elemento/ início de oração	0/19 (0%)	8/8 (100%)
Nenhum elemento/início absoluto	0/37 (0%)	12/13 (92,3%)

No PB de 1840, mesmo em orações com atratores tão fortes como a negação e os pronomes relativos, encontramos casos de ênclise, uma contradição com o que seria uma colocação natural no PB. Os casos de ênclise nesses contextos podem ser deslizos decorrentes da falta de intuição do autor brasileiro sobre o fenômeno e a preocupação com o padrão enclítico, estranho ao PB: na tentativa de cópia, aparece a imperfeição. Com a negação, exemplificada em (11a), o uso da próclise correspondeu a 94,1% dos casos, mas caiu para 76% com os relativos e interrogativos, uso exemplificado em (11b). Essa diferença favorece a hipótese de que, na hierarquia dos atratores, quando naturalmente aplicados ou forçosamente copiados, os operadores de negação têm mais relevância que os demais.

- (11) a. Carlos: Enquanto eu lá estive ninguém **lembrou-se** de dar-me semelhante divertimento. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
- b. Ambrósio: E não foi o interesse que **obrigou-me** a casar contigo. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

Observamos também que conjunções subordinativas e a coordenativa “ou” e operadores de foco e termos topicalizados, também considerados atratores, não tiveram próclise categórica no PB de 1840, como demonstrado em (12a) e (12b). Em 1990, houve próclise total nesses contextos e com advérbios de frequência, que não foram encontrados na primeira sincronia.

- (12) a. Rosa: Eu já estava desenganada, quando um sujeito [que foi aqui do Rio] **disse-me**⁵ que meu marido ainda vivia e que habitava na Corte. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

⁵ Segundo Ana Maria Martins (comunicação pessoal), mesmo com uma oração interveniente, o operador de próclise funciona.

b. Rosa: Assim enganar-me! (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

No contexto de variação SP + forma nominal vemos que a preferência portuguesa pela próclise não atinge os textos brasileiros na primeira sincronia. Enquanto o PE de 1840 apresentava 87,5% de próclise, esse padrão correspondeu a apenas 27% nos dados do PB. O exemplo (13a) ilustra a próclise nesse contexto. O mesmo aconteceu para outros SPs e advérbios, como em (14a), que atraíram o clítico em apenas 28% dos casos, contra 60% no PE. Houve, porém, mudança em direção à próclise: ambos os contextos apresentaram 100% de próclise nos anos 1990, ilustrada em (13b) e (14b), uma clara evidência da presença da gramática do PB com o passar do tempo:

- (13) a. Carlos: Olhe que a tia não está em casa, e eu sou capaz de **lhe fazer** o mesmo que fiz ao D. Abade. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845).
 b. Nilson: Essa velha tá inventando coisa para **me sacanear**. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)
- (14) a. Rosa: Agora me recordo... (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845).
 b. Dona Irene: De repente, a porta da privada **se abriu** e, sabem quem estava lá dentro? (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

Com conjunções coordenativas, encontramos, na primeira sincronia, dois casos em que houve próclise com conjunção “e”, mesmo que esse fosse um contexto de ênclise categórica no PE. Desse modo, a ocorrência, embora mínima, de próclise nesse contexto já sinaliza um problema na imitação da gramática do PE. Nos anos 1990, o PB revela a esperada próclise categórica:

- (15) a. Rosa: (...) Eu o via todos os dias, ele também via-me: eu gostei, ele gostou e **nos casamos**. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
 b. Carlos: Ah, ah, ah, agora veremos, e **me pagarás**... (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

A presença de SN em posição inicial nos anos 1840 foi um contexto em que 33,3% dos clíticos aparecem em posição proclítica, embora a colocação portuguesa determinasse o uso da ênclise, demonstrando que, apesar das tentativas, não se conseguia reproduzir perfeitamente a sintaxe portuguesa em nossos textos. O exemplo (16a) é um dos casos em que

essa inegável influência do PC ocorre. Nos textos de 1990, como esperado, a realidade foi outra: houve apenas 1 caso de ênclise nesse contexto, enquanto as próclises foram 37. Em (16b), a personagem Paula, psicóloga do enredo de *Como encher um biquíni selvagem*, utiliza a ênclise durante uma gravação a respeito de sua paciente, um registro formal da evolução do tratamento psicológico. Não se trata, assim, de uma interação espontânea, mas de uma fala monitorada, o que pode ter favorecido o uso da ênclise pela leitura social de formalidade.

- (16) a. Carlos: Eu **te ame**i, Emília, e tu também me amaste. (PB, Martins Pena, *O Noviço*, 1845).
- b. Paula: a paciente **recusa-se** terminantemente a cooperar com o processo, usando a maioria das técnicas de fuga conhecidas. (PB, Miguel Falabella, *Como encher um biquíni selvagem*, 1993)

Martins Pena consegue imitar perfeitamente a ênclise portuguesa nos contextos de início de oração e início absoluto: assim como Midosi, o autor tem 100% de colocação enclítica com formas simples em início absoluto. Porém, em 1990, há uma inversão drástica dessa realidade, uma vez que a próclise é categórica em início de oração e quase categórica em início absoluto. Em contextos de ênclise inevitável nas peças lisboetas, as peças cariocas mostraram que a próclise dos brasileiros não depende de atrator. Os exemplos (17a) e (17b) demonstram o aparecimento de clíticos em início absoluto, frequente nessa sincronia, embora veementemente condenado pela norma culta. Já em (17c), podemos observar a única ênclise em início absoluto encontrada com formas simples: Dona Irene, personagem de *No coração do Brasil*, está narrando uma história bíblica e, nessa situação, momento de suspense na peça, usa a ênclise. Já tendo sido mostrado na cena o imenso respeito que a personagem tem pelas questões religiosas, não é de estranhar que Dona Irene opte por uma construção que, no português brasileiro, é lida socialmente como mais formal.

- (17) a. Dona Irene: **Te dou** várias: você é uma bicha conhecida por todos aqui do bairro, uma criatura sem respeito, sem moral. (PB, Miguel Falabella, *No coração do Brasil*, 1992)
- b. Neiva: (...) **Se mandou**, minha filha. **Se mandou** e não teve a decência de me dizer que tava indo. (PB, Miguel Falabella, *No coração do Brasil*, 1992)
- c. Dona Irene: **Ouve-se** um trovão (PB, Miguel Falabella, *No coração do Brasil*, 1992)

A total ausência de contextos com 100% de próclise nos anos 1840 na tabela 3b ajuda a visualizar claramente que não houve aplicação perfeita das normas gramaticais que se tentava importar à época, visto que a “norma padrão”, ainda imposta pelas gramáticas tradicionais, exige próclise categórica com atrator, sem exceções. Simultaneamente, a coluna que nos informa as ocorrências de próclise em 1990 confirma a hipótese de retomada do padrão proclítico do PC. Em resumo, a gramática das peças brasileiras revela, nas formas verbais simples, a implementação da norma falada no Brasil com absoluta preferência pela próclise com formas verbais simples. Nossa hipótese de que haveria na primeira sincronia uma tentativa de reproduzir o padrão lusitano se confirma, revelando uma tarefa bem realizada pelos poucos letrados brasileiros de então.

Veremos a seguir a distribuição das formas complexas nas tabelas 4a e 4b no PE e PB, respectivamente. Na análise dos dados, consideramos que, nas formas complexas do PE, os clíticos poderiam estar ligados a V1, em próclise ou ênclise (padrões a, b, c), ou enclíticos a V2 (padrão d). A partir delas será possível observar se há inovações tipicamente brasileiras nas peças de 1990. Nas locuções, observamos que o clítico pode estar ligado ao V1 (padrões a e b), ou ainda a V1 em contextos com auxiliar seguido de preposição (padrão c: haver de/ter de), além de poder ser enclítico a V2 (padrão d). Portanto, há 4 padrões de colocação possíveis para o pronome oblíquo nas formas complexas no PE – ou o clítico se liga a V1, ou aparece enclítico a V2. Veremos que há uma outra possibilidade, a próclise a V2, uma inovação brasileira atestada na análise de Pagotto e Duarte (2005), dentre outras.

Tabela 4a: Distribuição da ordem dos clíticos com formas verbais complexas no PE

Padrão	1840	1990
PE		
a) CL V1 V2	25/ 33 (75,7%)	16/ 44 (36,3%)
b) V1-CL V2	2/ 33 (6%)	16/ 44 (36,3%)
c) V1prep CL V2	1/ 33 (3%)	4/ 44 (9%)
d) V1 V2-CL	5/ 33 (15,1%)	8/ 44 (18,1%)
TOTAL	33 (100%)	44 (100%)

Pela distribuição dos dados, vemos a preferência pela padrão a, com a presença de atratores, que mostra sua fundamental relevância para a ocorrência de próclise. Todas as ocorrências de próclise a V1 no PE de 1840 e de 1990 se devem à presença de proclisadores variados, como ilustramos nos exemplos em (18).

- (18) a. Bijou: Pois quê, não me é permitido pagar os meus respeitos às damas? (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
 b. Valério: Sim, senhor, como lhe ia dizendo, Sr. Libório. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
 c. O padrinho do noivo: Eu já me vou lembrar... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996).
 d. O padrinho do noivo: ... Ai, não me façam rir ... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996).

Destacamos, ainda, que, assim como ocorreu com formas simples, também encontramos — e ilustramos em (19) — casos de interpolação do operador de negação com as formas complexas no PE de 1840. Já não há interpolação nas peças de 1990.

- (19) a. D. Alcina: A baronesa parecia que se não tinha despido desde o ano passado; (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
 b. Libório: Só o não sabe, quem o não quer saber. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)

Note-se que, uma posição alternativa aos casos ilustrados em (19) seria a ênclise a V2 (o verbo temático no infinitivo ou gerúndio), padrão d, também possível no PE (como ia dizendo-lhe, não quer sabê-lo, *não tinha despido-se – com o particípio a ênclise seria agramatical).

A respeito da ênclise a V1, padrão b, (vou-te ajudar; quer-me matar, mandou-o sair), vemos que esse padrão aparece em ambos os períodos em contextos de ausência de atrator, como em (20). Assim como no padrão a, também poderíamos ter ênclise a V2, padrão d (vou ajudar-te; quer matar-me; mas não *mandou sai-lo, porque o clítico é sujeito de sair e não pode ocupar a posição de argumento interno do verbo da infinitiva complemento do verbo causativo).

- (20) a. Ambrósio: No que vossa senhoria me deve e não paga; não de ordenados, que esses, seu tio, boa peça com bem o digamos, paga, mas tarde e a más horas: porém nos

desembolsos feitos por sua ordem, nos pintos aos alcô ... alcô ... **ia-me escapando** a língua; (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).

b. Eu **andei-te a dizer**, durante meses. (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996).

c. O padrinho do Noivo: Daqui a bocadinho **vou-me levantar**, ficar de pé para desenferrujar as pernas, que estão um bocadito enferrujadas, e depois vou telefonar. (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996).

Também dedicamos especial atenção ao padrão c: ênclise a V1 com preposições (haver de, começar a), em que a preposição é considerada um atrator no PE.

- (21) a. Libório: Agora **trate de se aprontar**, que eu não tardo um quarto de hora.
 b. O Funcionário da Conservatória: ... Olha, Renata, não vai dar **vou ter de me ir** embora a correr...

Por fim, há também as ocorrências de ênclise a V2 (padrão d). Esse padrão pode substituir os três anteriores, incluindo os padrões a e c, em que há atratores, como em (22a) e (22b), ou não, como em (22c) e (22d).

- (22) a. Libório: Agora dirá o mais em que **posso servi-lo**. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
 b. Antero: Felicíssimo! Ela havia de ficar pior que uma barata ... Roxa de fúria ... Verde de inveja ... ela havia de **ficar a roer-se toda** ... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996).
 c. Valério: Obrigado, meu caro amigo, estou acabando a minha barba, e não tardo cinco minutos **a ir encontrá-los**. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843).
 d. Antero: O carro é novo, mais que novo, **fui buscá-lo** ontem, e andou perfeitamente e agora parou perfeitamente, dou a volta à chave e ele fica na mesma ... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996).

Vejamos, agora, as formas complexas do PB. Na tabela 4b, além dos 4 padrões anteriores, teremos o padrão e - próclise a V2 - , nossa inovação (juntamente com o clítico em primeira posição absoluta atestado nas formas simples), como mostramos na Tabela 4b.

Tabela 4b: Distribuição da ordem dos clíticos com formas verbais complexas no PB

Padrão	1840	1990
PB		
a) CL V1 V2	6/ 26 (23%)	1/ 60 (1,6%)
b) V1-CL V2	8/ 26 (30,7%)	2/ (3,3%)
c) V1prep CL V2	0/ 26 (0%)	0/ 60 (0%)
d) V1 V2-CL	11/ 26 (42,3%)	0/ 60 (0%)
e) V1 [CL V2]	1/ 26 (3,8%)	57/ 60 (95%)
TOTAL	26 (100%)	60 (100%)

A Tabela 4b vem confirmar uma de nossa hipótese de que o PB de 1840 tenta imitar o pE, com uma grande diferença na distribuição dos dados em 1840 e 1990. Na presença de atratores, o PB de 1840, na peça analisada, prefere a próclise a V1: 100% (6/6) das ocorrências do padrão a: CL V1 V2 ocorreram na presença de atrator, tal como no PE, como ilustrado em (23a). Um único caso de hipercorreção deixa de exibir o padrão a, mesmo com a presença de atrator, preferindo a ênclise a V2, como mostra (23b).

- (23) a. Carlos: Que confusão entre os frades quando ela **se der a conhecer!** (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
- b. Rosa: O sujeito acrescentou que meu marido **tinha-se casado** com outra mulher. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845).

Na ausência de atratores, por outro lado, houve predomínio do padrão b, com ênclise a V1, nos anos 1840, como em (24a). Ainda na mesma sincronia, vemos a preferência pelo padrão d, onde está o maior percentual de dados (24b, c) e em (24d) ilustramos duas ocorrências em que Martins Pena imitou otimamente o PE: o padrão a com atrator e o padrão d, em que o reflexivo aparece depois do verbo que o selecionou. Não foram encontradas encontrado orações no padrão c nessa sincronia. Mesmo assim, consideramos pertinente evidenciar que há possibilidade de ter o padrão d em vez de c, como em (25).

- (24) a. Ambrósio: **Deixe-me ensinar** a este malcriado. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
 b. Ambrósio: No mundo a fortuna é para quem **sabe adquirir-la**. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
 c. Florência: Ora, digam lá que uma mulher não **deve casar-se** segunda vez ... (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
 d. Carlos: Nesses planos estávamos quando apareceu este homem, não sei donde, e que soube a tal ponto iludir tua mãe, que **a fez esquecer-se** de seus filhos que tanto amava, de seus interesses e contrair segundas núpcias. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)
- (25) Carlos: Ah, ah, ah, agora veremos, e me pagaras... E minha tia também **há-de pagá-lo**, para não se casar na sua idade e ser tão assanhada. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

Finalizamos a análise dos anos 1840 com único caso da colocação inovadora, que, como veremos, será a preferida no PB da última sincronia:

- (26) Ambrósio: Vão sendo horas de sairmos, **vou me vestir** (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

Passando então aos anos 1990 do PB, temos um quadro completamente diferente: observamos apenas uma ocorrência no padrão a (27a) e duas ocorrências de ênclise no padrão b (27b,c).

- (27) a. Nilson: (...) Sabe o que foi que **me fez desistir?** (...) (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)
 b. Dona Irene: Ah... Helène voltou! **Deixe-me ver...** Está em Paris. Os filhos vão para a Universidade. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)
 c. Gabriel: Lá, como numa gigantesca tela, **pode-se ver** tudo o que aconteceu na Terra. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

Como a ênclise no PB de 1990 é raríssima, tanto em formas simples quanto em formas complexas, optamos por detalhar essas duas aparições. No exemplo em (27b) acima, ressaltamos que o verbo que hospeda o clítico está no imperativo e que todos os demais 18 casos de verbos no imperativo nesse período exibem próclise. Sabemos também que a expressão “deixa eu ver” é muito frequente na fala e aparece em crônicas. O que poderia

explicar essa ênclise com o verbo de permissão? Lembremos que Dona Irene é a única que usou o clítico acusativo e o dativo (ambos com apenas uma ocorrência na peça de 1992), o que nos leva a supor que o uso da ênclise é uma característica da única personagem com nível de letramento mais alto. A respeito de (27c), salientamos que essa é uma fala do personagem principal, já adulto, depois de formado, retornando ao velho cinema onde passou boa parte da sua juventude após o turno da escola, conversando com os que ali trabalhavam e aproveitando a ocasião para assistir sem pagar às sessões vespertinas. Vemos, então, a fala de um Gabriel já adulto, formado, vivendo uma vida muito diferente, refletindo sobre aqueles tempos que tanto significaram para ele.

Seguindo a tabela, observamos que os padrões c e d já não aparecem nos dados coletados para as peças de 1990. O padrão predominante, que ilustra a maior diferença entre o PE e o PB, está no uso de próclise a V2. O padrão V1 CL V2, que não aparece nenhuma vez na amostra portuguesa e tem apenas uma ocorrência registrada no PB da primeira sincronia (cf. exemplo (26) acima), é quase categórico no PB contemporâneo, com 95% de ocorrência. Parece, portanto, que a única próclise a V2 que encontramos em 1840 pode ser lida como um prenúncio da colocação pronominal brasileira, que o autor deixou escapar, já no último período da amostra de peças, refletindo o português falado no Brasil e já atestado na escrita. Uma análise das sincronias intermediárias permitirá compreender mais detalhadamente o momento em que essa inovação passou a aparecer na escrita das peças brasileiras, ou seja, quando os brasileiros deixaram traços da gramática da sua fala aparecerem na sua escrita. Observamos que a próclise a V2 é usada no Brasil independentemente da presença de atratores. O exemplo (28a) abaixo ilustra uma ocorrência do padrão em contexto sem proclisador (diante de sujeito pronominal) e em (28b) temos um caso em que existe um elemento atrator (conjunção subordinativa).

- (28) a. Dolores: Eu **vou te dar** os parabéns agora. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)
- b. Margareth: Tem uma amiga minha que disse que vai me arrumar preu ser revendedora da Avon. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

5. A REDUÇÃO DO QUADRO DE CLÍTICOS

Dentre as hipóteses que postulamos também estava a redução do quadro de clíticos no PB de 1990. Esta pequena amostra nos permitiu observar quais os clíticos usados no PE e no PB em cada período, o que confirmou a existência de alterações no quadro de clíticos no Brasil entre

o século XIX e XX. O quadro 2 abaixo mostra a significativa redução no quadro de clíticos no PB:

Quadro 2: Número de ocorrências de clíticos no PE e no PB (1840 e 1990)

	se ⁶	se ⁷	me	te	lhe	nos	vos	o/a(s)	Grupo Clítico
PE									
1840	35	24	61	12	34	4	0	35	4
1990	21	21	88	20	12	7	2	26	3
PB									
1840	14	33	67	20	22	7	5	31	1
1990	<u>3</u>	36	120	34	<u>3</u>	<u>3</u>	0	<u>1</u>	0

Partindo dos trabalhos de Cardoso (2017), Marques de Sousa (2017) e Fernandes (2018), buscamos observar o comportamento do indefinido *se*, do acusativo *o* e do dativo *lhe* de 3ª pessoas. Notamos, então, que o uso do clítico *se* como apassivador ou indeterminador, muito frequente no PE, foi bastante reduzido no PB de 1990. Na década de 1990, foram encontradas apenas 3 ocorrências desse clítico, ilustrado em (29) abaixo. Como esperado, outras formas de indeterminação aparecem, como o uso dos pronomes “a gente” e “você” como mostramos em (30). O dado em (30a) nos mostra também o uso do pronome “ele” acusativo como substituto do clítico “o”, cujo uso tem uma enorme queda em 1990 em relação à primeira sincronia. Observados os números do PE e do PB de 1840, percebemos a enorme semelhança, que advém da tentativa de reprodução do modelo lusitano. O período em (31) foi o único em que Miguel Falabella usou o clítico acusativo “a” nos dados coletados.

- (29) a. Dona Irene: **Ouve-se** um trovão (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)
- b. Gabriel: Lá, como numa gigantesca tela, **pode-se ver** tudo o que aconteceu na Terra. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

⁶ O primeiro “se” do Quadro 2 faz referência a usos do clítico como apassivador ou indeterminador.

⁷ O segundo “se” do Quadro 2 faz referência a usos do clítico como pronome reflexivo.

c. Gabriel: Essa deve ser a única forma de **se contar** uma história com absoluta fidelidade. O resto vira ficção. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

(30) a. Magali: Vai me avisando com antecedência, que é para eu poder me organizar, porque é muito chato *a gente* começar um assunto e depois ter que correr para encaixar *ele* nessa horinha sem vergonha. (PB, Miguel Falabella, Como encher um biquíni selvagem, 1993)]

b; Dolores: Me disseram que tem um, em Botafogo, que faz, mas custa uma nota preta. E esse chá, *se você* toma bem quente e depois anda de montanha russa, é batata! Pior, minha filha, é fazer com talo de mamona! E tem muitas que fazem! (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

(31) Dona Irene: Pela manhã, foi surpreendida pelo muro que a impediu de ver a criatura que ela mais amava. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

A respeito do clítico “lhe” pudemos notar que, além da drástica redução de seu uso no PB, que o clítico passou a ser usado na segunda pessoa e não na terceira. Conforme o Quadro 2, apenas 3 dados com “lhe” foram encontrados nas peças brasileiras da última sincronia. Nos períodos em (32a) e (32b), a referência do clítico é de segunda pessoa: em (a), Dona Irene refere-se diretamente a Holly e, em (b), Magali conversa com a psicóloga Paula, que acabara de fazer uma pergunta sobre a irmã gêmea da personagem. Enquanto isso, encontramos em (32c) o clítico sendo usado para se referir à terceira pessoa (ela), única ocorrência.

(32) a. Dona Irene: Você não engana ninguém, Holly. O cinema está as moscas, foi por isso que você saiu. Não tem ninguém que lhe interesse lá dentro. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

b. Magali: Quem foi que lhe disse que o nome da minha irmã é Magda? (PB, Miguel Falabella, Como encher um biquíni selvagem, 1993)

c. Dona Irene: Ela foi com umas parentas assistir a um filme e, na recepção, uma senhora muito delicada **lhe ofereceu** um bombom. (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

Não admira que a estratégia para representar um pronome que não é fruto da aquisição encontre seu substituto no uso frequente do SP anafórico, como ilustrado em (33).

(33) Dolores: Bom, acho melhor a gente ir tomando rumo. Eu ainda tenho que ir pegar o menino. Dar um café **pra ele** e dormir um pouco. E não tô me sentindo nada bem... (PB, Miguel Falabella, No coração do Brasil, 1992)

Na introdução deste trabalho, mencionamos acreditar que o pronome “nos” fosse cair em desuso devido à gramaticalização de “a gente” como pronome pessoal no Brasil. E, de fato, atestamos que houve uma diminuição no número de ocorrências entre 1840 e 1990, com apenas 3 dados na última sincronia. Podemos então, com base no quadro 3 acima, dizer que as peças brasileiras dos anos 1990 confirmam que os clíticos indefinido e o acusativo e dativo de 3ª pessoa não são adquiridos no Brasil, como os dêiticos (1ª e 2ª pessoas), mas aprendidos através da escolarização; podemos ainda observar que os letrados aprendem esses clíticos, mas se limitam a usá-los na escrita e são muito parcimoniosos na fala mais monitorada (cf. Cardoso (2018); Marques de Sousa (2017); Fernandes (2017)).

Observamos também que, além de tentar reproduzir a colocação pronominal portuguesa, o PB de 1840 também usa os chamados grupos clíticos. No PE, o uso de tais grupos foi mantido na última sincronia, o que não aconteceu no PB, com apenas uma ocorrência numa construção cristalizada no PB (*pouco se me dá*= *pouco me importa*).

- (34) a. Valério: Muito bem: permita-me que eu **lho mande** enquanto vou tratar dos meus afazeres. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)
- b. Padre: O brandy já se foi, já se foi a aguardente, o gin tónico, já **To dei**... (PE, Luísa Costa Gomes, A vingança de Antero ou A boda deslumbrante, 1996)
- c. Florência: O que pensa não sei eu, nem disso **se me dá**; quero eu - e basta. (PB, Martins Pena, O Noviço, 1845)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises quantitativa e qualitativa dos dados encontrados nas peças, pudemos perceber que a estabilidade nos padrões de colocação pronominal no PE entre os séculos XIX e XX se confirma, uma vez que ambos os períodos mostram que a ocorrência de próclise depende da presença de atratores. Como já previsto nas descrições gramaticais, a operadores de negação, quantificadores, pronomes relativos e interrogativos, conjunções subordinativas e a coordenativa “ou”, advérbios de frequência e operadores de foco foram

elementos atratores. Como contextos de variação entre próclise e ênclise, encontramos presença de preposição com forma nominal, além de SPs e outros advérbios. Por outro lado, nos contextos de SN V, a implementação da ênclise apontada por Galves *et al.* (2005) também se confirma (cf. tabela 3a acima), bem como ocorre em contextos de início absoluto, início de oração e na presença de conjunção coordenativa (exceto “ou”).

Já em relação ao PB, observamos que a escrita dos anos 1840 realmente busca atingir uma reprodução perfeita da sintaxe natural do PE, ignorando completamente que os usos que já se encontravam na língua que chegou ao Brasil Colônia. Contudo, como esperávamos, encontramos alguns indicadores de que a gramática brasileira — advinda do PC — não era a mesma do PE, apesar do esforço em tomá-lo como padrão no século XIX.

A cuidadosa observação dos dados permitiu apontar diferenças entre PE e PB, além de indicar a direção de mudanças tanto em Portugal quanto no Brasil. Em primeiro lugar, vimos que, embora a ocorrência de próclise no PE esteja necessariamente vinculada à presença de um dos elementos atratores, o mesmo não acontece no PB. Vale ressaltar, ainda, que elementos intervenientes parecem não ter tido influência na ação de atratores tão fortes quanto a negação e os relativos. No exemplo (29) abaixo, a presença de “mais tarde, ou mais cedo”, de valor adverbial, não interveio na ocorrência da próclise de **me** diante da forma verbal **hão-de dar**, em oração iniciada pelo relativo “que”.

- (35) Libório: Aqui estou eu, por exemplo, que ando metido em danças, que mais tarde, ou mais cedo, **me hão-de dar** na cabeça. (PE, Paulo Midosi, Uma cena de nossos dias, 1843)

A comparação entre as duas sincronias selecionadas para este trabalho permitiu confirmar a hipótese de que houve, no decorrer de cerca de 150 anos, uma generalização do uso do padrão proclítico no PB, em contraste com a manutenção do uso geral da ênclise em Portugal, exceto em presença dos atratores fixados já a partir do século XVIII. Uma expansão deste trabalho com a observação das demais sincronias — cinco períodos entre 1840 e 1990 — permitirá observar com mais precisão o momento em que a cópia imperfeita da sintaxe portuguesa deixou de ser feita nas peças de teatro.

Pensando no problema da *avaliação* proposto pela Sociolinguística, que diz respeito aos valores atribuídos socialmente a uma determinada variante concorrente num processo de mudança, observamos que a percepção da sociedade sobre cada uma das formas influencia diretamente a consolidação ou não da forma inovadora no sistema. Embora não seja possível

nesta pesquisa obter informações sobre a percepção do falante da época com a amostra de peças de teatro, podemos supor que a adoção da norma brasileira na última sincronia pode representar uma avaliação positiva por parte dos autores dos anos 1990 em relação à generalização da próclise o português vernacular do Brasil. Retomando a epígrafe, notamos que a citação do filólogo Gladstone Chaves de Melo indica, de certo modo, a avaliação do brasileiro sobre sua própria língua como “frouxa”, menor ou menos relevante que o PE. Nos anos 1990, ao menos nas peças que avaliamos, essa visão não afeta a escrita do texto: o que se usa é brasileiro sem nenhum demérito.

Para concluir, ressaltamos que este trabalho se insere em uma vasta gama de investigações a respeito da sintaxe dos clíticos e destacamos sua importância na comparação entre o PE e o PB. Tais pesquisas revelam, com base em variados *corpora*, que traços da gramática brasileira foram rejeitados durante o século XIX, a ponto de a colocação brasileira, com o clítico em primeira posição absoluta, ser atribuída ao caráter mais dócil do brasileiro, como mostra nossa epígrafe. Mesmo assim, a pressão normativa não foi suficiente para que absorvêssemos definitivamente a gramática importada da antiga metrópole. Neste trabalho, os resultados gerais reforçam descobertas feitas nas próprias peças de teatro, em cartas e em documentos de caráter jurídico, embora ainda consideremos importante ampliá-lo para abarcar as demais sincronias contempladas nas amostras recolhidas por Duarte e seu grupo de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Tipologia dos Pronomes Clíticos. In: MATEUS, M. H. M. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003. Cap. 20. p. 826-867.
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. **A Indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1993.
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; PAGOTTO, Emílio Gozze. Clíticos no século XIX: uma questão de posição social?. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (org.). **A Norma Brasileira em Construção**: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 167-217.
- COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria N. de; MAY, Guilherme Henrique. **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2019. 174 p.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia et al. **O sujeito em peças de teatro (1833-1992)**: estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. O papel da sociolinguística na descrição da gramática contemporânea. In: MARTINS, M.A; TAVARES, M. A. (org.). **Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 1-26.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Sociolinguística "Paramétrica". In: MOLLICA, M.C.; FERRAREZI JUNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 3. p. 33-44.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. A Sociolinguística "Paramétrica": desfazendo alguns equívocos. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v. 15, n. 31, p. 124-140, dez. 2019. Trimestral.
- DUARTE, M. Eugênia L. **A sintaxe do português do Brasil**: entre a fala espontânea e a escrita padrão. *Luso Brasileira: Temas da Língua Portuguesa: do Pluricentrismo à Didática*, Roma, v. 5, n., p.131-151, jun.2020.
- DUARTE, Maria. Eugênia Lammoglia. **Sobre algumas consequências do enfraquecimento da concordância no português brasileiro**. *Lingue e Linguaggi*, v. 57, p. 35-56, 2023.
- FÁVERO, Leonor Lopes. História da disciplina Português na escola brasileira. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 13-36, 21 dez. 2009. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas - PPGLEV. <http://dx.doi.org/10.35520/diadorim.2009.v6n0a3886>.
- GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; SOUZA, Maria Clara Paixão de. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. **Journal Of Portuguese Linguistics**, Lisboa, p. 1-27, jun. 2005.

- HENRIQUES, Fernando Pimentel. **Construções com verbos de alçamento que selecionam um complemento oracional**: uma análise comparativa do PB e PE. 2013. Tese (Doutorado) - Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HOUAISS, Antônio. **O Português no Brasil**: Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985. 157 p.
- KATO, Mary Aizawa Kato. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.). **Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho), 2005. p. 131-145.
- MARINS, Juliana Esposito. **Ter, haver e existir**: a representação do sujeito pronominal nas construções existenciais numa perspectiva diacrônica. 2013. 166 f. Tese (Doutorado) - Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MARTINS, Ana Maria. Posição dos pronomes pessoais clíticos. In: RAPOSO, E. B. P. et al (Orgs.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. Cap. 42. p. 2231-2304.
- MARTINS, Ana Maria. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. (eds.), **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016, p. 401-430.
- NARO, Anthony. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: Mollica, M. C. M.; Braga, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 1ed. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 15-25
- PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e Condescendência: Ciência e Pureza. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, 1998. p. 49-68.
- PAGOTTO, Emílio Gozze; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, C. R. S. (org.). **A Norma Brasileira em Construção**: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: Faperj, 2005. Cap. 3. p. 67-81.
- PAGOTTO, Emílio G. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (Orgs.). **A Norma Brasileira em Construção**: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 105-166.
- SCHERRE, M. Marta P.; NARO, Anthony J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística** : o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003, v. , p. 147-178.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança Linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006